

ATA 01/2025

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os componentes do Conselho de Administração do Fundo de Previdência do Servidor (Previagudo), devidamente nomeados pelo Decreto 152/2024, bem como de membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos, conforme consta no livro de presenças do Previagudo. De início, Marcelo agradeceu a presença de todos. Na sequência, o Presidente comunicou o saldo do Previagudo no final do mês de dezembro/2024, no valor de R\$ 57.315.731,49, distribuído em aplicações junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banrisul, XP Investimentos e Daycoval. No citado mês, as aplicações do Previagudo tiveram **rendimento negativo na quantia de (-) R\$ 440.553,93**. A receita previdenciária, proveniente das contribuições (patronal e do servidor), da competência dezembro/2024, foi de R\$ 955.325,81. A folha bruta dos inativos e pensionistas, no mês de dezembro/2024, foi de R\$ 1.430.553,91. Registra-se que a receita previdenciária, proveniente das contribuições da **gratificação natalina** (patronal e do servidor), foi de R\$ 936.110,44. A folha bruta dos inativos e pensionistas (também da gratificação natalina), foi de R\$ 1.408.172,53. Nesse sentido, os totais do exercício de 2024 foram: receita previdenciária (contribuição patronal + servidor) no valor de R\$ 12.454.791,70; despesa previdenciária (folha inativos + pensionistas) no valor de R\$ 18.446.655,36. Para fins de cumprimento ao disposto no **Ofício Circular DCF nº 03/2023, de 30 de janeiro de 2023, do TCE/RS**, especialmente no que se refere ao acompanhamento em cada período do plano de custeio do RPPS quanto à verificação da regularidade do repasse das contribuições e de **eventuais necessidades de aportes para a cobertura de insuficiências financeiras** (o que deve ser efetuado continuamente pelo ente federativo, pela unidade gestora e pelos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, em observância ao disposto no art. 54 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022), **há que se aguardar o “fechamento contábil” do exercício de 2024**. Marcelo informou aos presentes, por recomendação do Comitê de Investimentos, foram realizadas alterações na carteira do Previagudo, sendo resgatados valores de aplicações bancárias mantidas na Caixa Econômica Federal (Fundo CDI), cujos valores foram transferidos para Corretora da XP (aquisição de Títulos Públicos – NTN-B), conforme registro contábil próprio. Retornou à pauta o debate acerca do encaminhamento do projeto de lei que trata da criação da gratificação aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como do Comitê de Investimentos. Após ampla discussão, a redação do mesmo restou aprovada por unanimidade dos membros, estando apto para ser encaminhado à Câmara de Vereadores. Deve-se manter contato mais estreito com o executivo

para que a proposta, de fato, seja “abraçada”. Sobre o censo previdenciário, foi sugerido que o executivo diligencie junto à empresa GOV a fim de verificar sobre a existência de módulo que possibilite a realização dos trabalhos. Por fim, os presentes debateram assuntos gerais de interesse do Previagudo. Nada mais havendo a tratar, às nove horas e cinquenta minutos, o Presidente encerrou a Reunião Ordinária. A presente ata lavrada, que depois de lida e aprovada, será assinada por quem de direito. Agudo, 16 de janeiro de 2025.